

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS DA REGIÃO HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ, realizada no dia sete de abril de dois mil e vinte e cinco às 17h02 com quórum de primeira chamada, em regime remoto, com membros participando por meio de videoconferência (gravação disponível), com os seguintes pontos de pauta: **1) Resoluções aprovadas na reunião CTIL do dia 20/03/2025; a) Criação do GTA Plano de Gerenciamento de Risco da Região Hidrográfica V – Baía de Guanabara (PGR); b) Criação do GTA Enquadramento; c) Aprovação da resolução CBH-BG, hierarquização de microbacias da RH-V para execução de obras do Sanear BG; d) Criação da resolução CBH-BG, Grupo de Trabalho para produção do Termo de Referência para Elaboração do Plano de Drenagem Urbana Sustentável da Bacia Hidrográfica das Lagoas de Piratininga e Itaipu (PDUS-BHLPI); e) Criação do GTA Grupo de Trabalho para Acompanhamento do Sistemas de Esgotamento Sanitário em Maricá (SES Maricá); 2) Informes Gerais.** Às 17h02, a Sra. Rejany Ferreira dos Santos, Diretora-Presidente do CBH-BG, deu início à reunião extraordinária cumprimentando a todos os presentes. Em seguida, realizou a leitura do primeiro ponto da pauta: **1) Resoluções aprovadas na reunião da CTIL realizada em 20/03/2025.** Dentro desse ponto, destacou-se a proposta de criação do GTA Plano de Gerenciamento de Risco da Região Hidrográfica V – Baía de Guanabara (PGR). Na sequência, solicitou que Sr. Halphy Cunha Rodrigues (Águas de Niterói S.A.) iniciasse as apresentações. Sr. Halphy destacou o intenso trabalho da CTIL, que tem realizado até duas reuniões semanais devido ao aumento das demandas. Ele ressaltou que todas as ações oficiais da diretoria e da plenária, que envolvem recursos, grupos de trabalho ou câmaras técnicas, necessitam de resoluções formais, e o grupo tem se empenhado para evitar atrasos. Em seguida, foi apresentada a primeira resolução, que trata da criação de um Grupo de Trabalho de Acompanhamento (GTA) para o Plano de Gerenciamento de Riscos da Região Hidrográfica 5, Baía de Guanabara. Como o plano já está em execução, a aprovação do GTA é necessária. O senhor Halphy ressaltou que o grupo seria conduzido da forma habitual, contando com o apoio dos subcomitês, bem como de outros participantes envolvidos no acompanhamento e na avaliação dos serviços. Segundo a resolução, os comitês possuem competência para instituir grupos de trabalho, conforme previsto na legislação vigente e no Regimento Interno. A criação dos GTAs é uma inovação da última atualização do Regimento Interno. O GTA será vinculado ao Contrato nº 67 da AGEVAP com a Perfil Engenharia e Ambiente e será composto por representantes dos subcomitês, da



38 Diretoria Colegiada, do Estado e do gestor do contrato. A Secretaria do CBH-BG
39 coordenará as indicações e a primeira reunião. A vigência do grupo será até julho
40 de 2026, podendo ser prorrogada, se necessário. Sr. José Paulo Azevedo
41 (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) ressaltou que as regiões Oeste
42 e Leste possuem, especialmente o Oeste, diversas bacias com características
43 muito diferentes, e que um único representante não seria suficiente para abranger
44 todas essas especificidades. Nesse sentido, foi sugerida a nomeação de cinco
45 representantes para cada região, o que também se alinha ao peso e à diversidade
46 de contextos de cada uma. Foi destacado ainda que, pessoalmente, o participante
47 não tem a intenção de ser um dos representantes. Sr. Elielson Teixeira da Silva
48 (Prefeitura de Tanguá) sugeriu que, em ações limitadas a um subcomitê ou região,
49 as vagas de acompanhamento sejam preenchidas pelos membros desse
50 subcomitê. Caso haja vacância, podem ser preenchidas por outras instituições.
51 Para ações que envolvem toda a região hidrográfica, a resolução permanece
52 como está. A proposta visa ajustar a resolução à complexidade do comitê. Sr.
53 José Paulo enfatizou a importância do conhecimento local para o
54 acompanhamento das ações, citando o exemplo de Rafael ACAMM em Suruí e
55 Avelar, que já realizaram mobilizações práticas. Foi destacado que projetos dessa
56 natureza exigem a participação de quem realmente conhece o território, como os
57 pescadores. A sobrecarga de um único representante, como alguém do Oeste, foi
58 considerada inadequada, dado o volume de questões a serem abordadas, a
59 diversidade de populações e a quantidade de municípios e bacias envolvidas. A
60 sugestão é que um único ponto focal não seja suficiente para representar toda a
61 complexidade das áreas. Sr. Elielson falou que foi concordado que, no caso
62 mencionado, a alternância entre os membros da diretoria, como sugerido, é a
63 melhor solução, para evitar sobrecarga. Também foi reforçado, em concordância
64 com Adriana, que há um grande volume de trabalho a ser realizado. Sr. José Paulo
65 lembrou sobre a questão dos riscos envolve diferentes municípios, cada um com
66 suas particularidades. Nesse contexto, foi destacado que é essencial conciliar o
67 entendimento da bacia com a participação dos representantes dos municípios. Sr.
68 Halphy propôs que as quatro vagas remanescentes para os Grupos de Trabalho
69 e Câmara Técnica sejam distribuídas da seguinte forma: duas para o Subcomitê
70 Leste e duas para o Subcomitê Oeste. Dessa forma, ficariam três vagas para cada
71 um desses subcomitês e uma vaga para cada subcomitê lagunar. A proposta leva
72 em conta a necessidade de maior participação, dada a área de atuação, e a
73 importância da presença de pessoas locais, com conhecimento técnico e
74 experiência prática no território. A proposta foi apresentada para avançar na



75 resolução, e a palavra foi passada a Flávia para complementar a discussão. Sra.
76 Flávia Coelho (Associação de Preservação Ambiental da Lagoa de Maricá –
77 APALMA) propôs a criação de suplentes para os subcomitês lagunares,
78 garantindo que, em caso de ausência de um titular, o suplente possa assumir e
79 acompanhar os trabalhos. Ela se opôs à retirada das vagas para os lagunares,
80 sugerindo aumentar de duas para três vagas, e destacou a importância de
81 respeitar a participação da maioria e garantir uma organização eficaz. Sr. Halphy
82 explicou que a resolução vigente será mantida, com a atualização para incluir os
83 Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas, estendendo-os ao acompanhamento.
84 Ele ressaltou a importância do suplente, garantindo que para cada vaga indicada
85 na resolução, haverá um membro titular e um suplente, especialmente para
86 subcomitês com apenas uma vaga de titular, para evitar que fiquem
87 desamparados. Sra. Flávia explicou que indicaram dois titulares e um suplente
88 para o GTA, e em alguns casos, ela e Mara pediram para ser convidadas para
89 acompanhar o processo. As indicações foram enviadas para Carol, com
90 possibilidade de repetição do suplente, se necessário. Sr. Halphy sugeriu que a
91 proposta fosse colocada em votação para ser finalizada. Sra. Flávia se opôs à
92 redução das vagas para os subcomitês lagunares a uma única vaga, destacando
93 a importância de garantir espaço para todos. Ela expressou frustração com a
94 situação, mencionando que está próxima da aposentadoria. Sr. Halphy lembrou
95 que o Regimento Interno considera população e área ao dividir as vagas, mas
96 respeitou a proposta de Flávia para manter duas vagas para os lagunares. Ele
97 sugeriu alternativas, como distribuir três vagas para os subcomitês Leste e Oeste,
98 ou manter duas vagas para todos os subcomitês. A proposta seria levada à
99 votação. Sra. Flávia questionou como ficariam os suplentes na segunda proposta.
100 Sr. Halphy explicou que cada subcomitê teria duas vagas titulares e duas
101 suplentes. Sra. Rejany mencionou a proposta de Sr. Halphy, com três vagas para
102 cada subcomitê, totalizando 12 vagas, e mantendo a vaga do Inea como
103 convidado. Adriana pediu uma explicação mais clara antes da votação, para
104 garantir que todos entendessem a proposta. Sr. Halphy pediu a palavra e propôs
105 que fossem colocadas em votação duas opções: Primeiro, ele explicou a sua
106 proposta, que consistiria em três vagas titulares para os subcomitês Leste e
107 Oeste, totalizando seis vagas para esses dois subcomitês. Além disso, ele sugeriu
108 uma vaga para cada subcomitê lagunar, somando mais quatro vagas. Isso
109 resultaria em 10 vagas, e, conforme previsto na resolução, seriam adicionadas
110 uma vaga para o INEA e uma vaga para a diretoria, totalizando assim 12 vagas.
111 Em seguida, Halphy apresentou a segunda opção, conforme solicitado por Flávia.



Essa proposta consistiria em duas vagas titulares para cada subcomitê, o que totalizaria 12 vagas. Nessa estrutura, ele também incluiria as vagas para o INEA e para a diretoria como convidados. Ele finalizou explicando que, portanto, a primeira opção seria a distribuição de três vagas para cada subcomitê Leste e Oeste e uma vaga para cada subcomitê lagunar, enquanto a segunda opção seria a distribuição de duas vagas para cada subcomitê, totalizando 12 vagas, com as vagas adicionais para o INEA e a diretoria. Sra. Rejany informou que a proposta 1 ganhou com 8 votos, a proposta 2 teve 4 votos e a abstenção teve 4 votos. Proposta 1 – Aprovada pelos seguintes membros com direito a voto: Alexandre Anderson de Souza (Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR); Elielson Teixeira da Silva (Prefeitura de Tanguá); Wander de Souza Dias Guerra (Prefeitura Municipal de Guapimirim); Halphy Cunha Rodrigues (Águas de Niterói S.A.); Delcio de Almeida Fonseca (Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga – APELT); Rafael Santos Pereira (Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé – ACAMM); Álvaro Coelho Revelo (Colônia de Pescadores Z-11); Maria Aparecida de Souza de Resende (Prefeitura de Magé – SMMA). Observações: Edilene Nascimento de Oliveira (AHOMAR) também votou a favor da Proposta 1, no entanto, é suplente de Alexandre Anderson, que já havia registrado seu voto, portanto, seu voto não foi contabilizado. Claudio Brígido (Movimento Baía Viva) também manifestou voto favorável à Proposta 1, mas não é membro da Plenária do CBH-BG. Assim, seu voto também não foi computado. Proposta 2 – Aprovada pelos seguintes membros com direito a voto: Flávia Lanari Coelho (Associação de Preservação Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA) Valéria Lima Marques de Sousa (Conselho Regional de Biologia – CRBio – 2ª Região) Aliciane de Souza Peixoto (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica) Ricardo Lúcio Picanço Portugal (Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói – CLIN) Abstenções: Luiz Constantino Junior (Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS); Licínio Machado Rogério (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM Rio); Márcio Franco da Costa (Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA); Adriana de Lima Bocaiuva (Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade – AMHC); Sandra Albuquerque (Rotary Club do Rio de Janeiro) Sra. Rejany deu continuidade à reunião, procedendo com a leitura do segundo ponto da pauta. Na sequência, Sr. Halphy encaminhou a discussão para o próximo item, **b), que trata da criação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento (GTA) para o Enquadramento.** Sr. Halphy propôs criar um grupo para acompanhar o enquadramento da Região Hidrográfica V, com



149 participação da região Sul. O grupo, formado por representantes dos subcomitês,
150 diretoria e INEA, avaliará o contrato vigente. A coordenação será eleita na primeira
151 reunião e um relatório final será elaborado. Sra. Flávia apontou que Niterói e
152 Maricá não executam diretamente ações do convênio, o que dificulta a
153 participação. Por isso, sugeriu-se que representantes das Secretarias de Meio
154 Ambiente desses municípios integrem o grupo, assegurando o cumprimento das
155 responsabilidades. Sr. José Paulo sugeriu manter a composição anterior do grupo,
156 com três representantes do Oeste, três do Leste e um de cada lado. Contudo,
157 reconheceu que incluir todos os municípios não seria viável e propôs, como
158 alternativa, convidar representantes. Sra. Flávia explicou que, por meio de
159 convênios com o Governo do Estado, a gestão dos recursos hídricos é transferida
160 aos municípios, como em Niterói e Maricá. Por isso, defendeu que esses
161 municípios indiquem representantes de suas Secretarias de Meio Ambiente.
162 Destacou que, embora o Rio de Janeiro também faça essa gestão, a situação de
163 Niterói e Maricá é distinta. Sr. Halphy concordou com a importância da
164 participação de todos no processo e destacou que a presença ativa é crucial. Ele
165 sugeriu que o diretor técnico da organização, responsável pelo contato com os
166 municípios, poderia contribuir significativamente para esse engajamento. Além
167 disso, propôs que a diretoria, por meio do membro designado para o Grupo de
168 Trabalho (GT), ajudasse a coordenar os convites. Sr. Halphy esclareceu que o GT
169 tem flexibilidade para definir a forma como os convites seriam feitos, permitindo a
170 inclusão de participantes como convidados ou membros, com o apoio do comitê
171 local, o que fortaleceria a participação, especialmente considerando que parte da
172 responsabilidade foi delegada a alguns municípios. Sra. Flávia afirmou que a
173 prefeitura de Maricá participa dos convênios apenas para fins de licenciamento,
174 sem maior comprometimento. Para garantir uma participação mais efetiva, sugeriu
175 que os convites aos representantes sejam feitos diretamente pelos membros do
176 grupo, e não pela prefeitura. Em resposta, Sr. Halphy ressaltou concordou com a
177 colaboração da prefeitura, mas enfatizou a necessidade de um convite formal para
178 garantir o comprometimento. Além disso, sugeriu que o tema fosse incluído na
179 pauta do Grupo de Trabalho de Acompanhamento e propôs que o diretor
180 participante também assumisse a responsabilidade de ajudar no processo de
181 convite, garantindo o engajamento de todos. Sr. José Paulo pediu que sua
182 sugestão fosse colocada em votação. Ele mencionou que havia uma proposta que
183 precisava ser considerada, e sugeriu que essa proposta tivesse um peso
184 semelhante ao da proposta anterior. Ele perguntou se isso seria possível. Sr.
185 Halphy sugeriu uma votação para estender a alteração à segunda resolução,



propondo que, se não houvesse objeções, a proposta fosse ajustada conforme o número de membros aprovado anteriormente. Sra. Rejany concordou com o procedimento. Sr. Halphy então perguntou se alguém se opunha à divisão de vagas definida pelo GTA, notando que Flávia era a única a se manifestar contra, e aguardou mais objeções, mas nenhuma outra foi levantada. Sra. Rejany submeteu o ponto de pauta à votação, e Flávia e Valéria manifestaram-se contrárias à aprovação da composição do GTA Enquadramento. No entanto, como a maioria não se opôs, a proposta apresentada por Halphy foi aprovada. Como **encaminhamento (01)** definiu-se o compromisso de convidar representantes das secretarias municipais de meio ambiente dos municípios envolvidos para participarem das reuniões do grupo. E seguiu a reunião fazendo a leitura do item de pauta **c) Aprovação da resolução CBH-BG, hierarquização de microbacias da RH-V para execução de obras do Sanear BG REV MJ**. Sr. Halphy segue apresentando o item e comunicou que as primeiras e segundas resoluções foram aprovadas pela maioria, com as devidas alterações como **encaminhamento (02)**, incluindo a definição de três membros titulares e suplentes do Leste e Oeste, e um titular com suplentes em cada comitê, totalizando 10 vagas. Com as vagas do Inea e da diretoria, o total subia para 12. Em seguida, apresentou a questão da hierarquização das microbacias do RH 5 para as obras do Sanear Baía de Guanabara, destacando uma pequena alteração no artigo 7º. Ele sugeriu que a conclusão da primeira fase não fosse requisito para o início da segunda fase e propôs a supressão do artigo 7º, permitindo que os "casos omissos" fossem decididos pela plenária do CBH-BG. Perguntou se todos concordavam com a alteração e solicitou manifestações em caso de objeções. Sr. Halphy destacou a necessidade de avaliar e aprovar a resolução do subcomitê de Itaipu Piratininga, enfatizando a importância dessa discussão. Mencionou que Alexandre Braga estava presente para apoiar a preparação da drenagem sustentável do clipe e ressaltou uma última questão importante para finalizar a pauta, abrindo a questão de Maricá para debate. Sugeriu que a próxima pauta fosse sobre o projeto de drenagem sustentável, mencionando a relevância da resolução e da criação de um grupo para apoiar o projeto executivo de macro drenagem na região oceânica. Convidou Alexandre Braga para apresentar uma prévia do projeto e abriu espaço para Marcos fazer sugestões ou comentários. Após isso, se dispôs a esclarecer dúvidas sobre a forma jurídica e o conteúdo da resolução. Sr. Alexandre Carlos Braga (Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói – CCRON) iniciou agradecendo à equipe técnica e institucional pelo esforço para trazer a resolução ao grupo, destacando a



223 dificuldade do processo. Mencionou o trabalho contínuo desenvolvido e
224 agradeceu especialmente ao Marcos e à equipe da AGEVAP pelo apoio.
225 Ressaltou o entusiasmo da prefeitura de Niterói com o projeto, que já havia sido
226 discutido com a prefeita e a vice-prefeita. Falou sobre a mudança de paradigma
227 necessária ao adotar soluções baseadas na natureza, contrastando com a
228 engenharia tradicional de drenagem. Reconheceu os desafios, mas ressaltou a
229 importância de melhorar o saneamento e a qualidade dos rios e lagoas. Finalizou
230 agradecendo a todos e destacou que, ao adotar essas soluções, o comitê estava
231 servindo de exemplo para outros no Rio de Janeiro e no Brasil, concluindo com
232 um agradecimento aos membros. Seguiu com a leitura do item **d) Criação da**
233 **resolução CBH-BG, Grupo de Trabalho para produção do Termo de**
234 **Referência para Elaboração do Plano de Drenagem Urbana Sustentável da**
235 **Bacia Hidrográfica das Lagoas de Piratininga e Itaipu (PDUS-BHLPI).** Sr.
236 Halphy apresentou os detalhes da resolução, destacando aspectos chave para o
237 grupo de trabalho (GT) e o subcomitê, relacionados à drenagem urbana
238 sustentável na bacia das lagoas de Piratininga e Itaipu. Explicou que a resolução
239 segue a norma da ANA de março de 2025, que aprova a estruturação dos serviços
240 de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, e reforçou a importância do
241 comitê para a implementação dessas ações. Mencionou também a integração
242 com os planos municipais de saneamento e adaptação climática. Destacou a
243 criação das câmaras técnicas e os objetivos do CBH-BG, como a gestão integrada
244 dos recursos hídricos e os compromissos do Brasil com acordos internacionais.
245 Informou sobre o investimento do FUNDREHI-RJ para o plano de drenagem urbana
246 sustentável na região, e que o GT será responsável por subsidiar sua criação.
247 Detalhou que o GT será composto por representantes de várias instituições, com
248 a secretaria incumbida da convocação. Na primeira reunião, serão eleitos a
249 coordenação e a vice-coordenação, com validade do grupo vinculada ao contrato.
250 Por fim, mencionou que será apresentado um relatório à diretoria sobre as
251 atividades do GT. O Sr. Halphy apresentou a composição do Grupo de Trabalho
252 (GT), conforme o artigo 2º da resolução, destacando que ele será formado por
253 representantes de diversas instituições. O GT contará com: um representante da
254 AGEVAP, responsável pela coordenação e elaboração do Termo de Referência
255 (TDR) e do plano de drenagem sustentável; representantes do Governo do Estado
256 e da Prefeitura de Niterói, incluindo o Meio Ambiente estadual, a SMCDC e a
257 Empresa de Infraestrutura de Niterói; e representantes da sociedade civil e dos
258 usuários, como dois membros do CLIP, um da Águas de Niterói e outro de
259 entidade de usuários não construtivo. O objetivo do detalhamento foi assegurar



participação ampla e equilibrada no GT. Sr. José Paulo observou que o número total de membros somava 12, acrescentando que com a inclusão dos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Caxias, seria possível criar um grupo voltado para o projeto Iguaçu. Ele também sugeriu que uma resolução semelhante fosse necessária para o Oeste, com foco na bacia de Sarapuí, similar ao modelo que estava sendo discutido para o projeto do CLIP. Halphy respondeu afirmando que o grupo e os possíveis membros poderiam ser discutidos e definidos posteriormente, com a aprovação sendo feita de forma urgente se necessário, em uma próxima reunião da CTIL. Em seguida, Sr. Halphy pediu a Rejane para verificar se poderiam colocar a resolução em votação e, caso não houvesse objeções, seguir para a última resolução da pauta. Sra. Rejany propôs a aprovação da resolução como está, perguntando se alguém tinha algum ponto contrário. Como não houve manifestações contrárias, a resolução foi aprovada. Sra. Rejany seguiu com a reunião através da leitura do item **e) Criação do GTA Grupo de Trabalho para Acompanhamento do Sistemas de Esgotamento Sanitário em Maricá (SES Maricá)**, que dizia respeito a Maricá. Ele lembrou que o objetivo do grupo de trabalho de acompanhamento também era acompanhar a contratação do Baía de Guanabara, no âmbito do Sanear BG. Halphy pediu para que Flávia fizesse um resumo rápido das bacias que ela mencionou anteriormente na reunião da CTIL, para que pudessem finalizar a discussão da resolução e concluir a pauta. A Sra. Flávia explicou que, por falta de parceria com a prefeitura, os recursos do programa de esgoto foram redirecionados para áreas prioritárias. Ela apontou dificuldades na captação de água no Rio Ubatiba e sugeriu instalar o tronco principal dentro do leito do rio em áreas afastadas. Também defendeu a verificação das outorgas de saneamento e a atuação do Ministério Público para garantir a qualidade da água e evitar futuros problemas sanitários. O Sr. Halphy esclareceu que a resolução segue o padrão dos Grupos de Trabalho de Acompanhamento (GTA) e está ligada ao contrato de 26 de março de 2025 para projetos em Maricá (Vale da Figueira, Silvado e Espraiado). Citou o exemplo de Niterói, onde soluções como biodigestores foram adotadas. A consultoria contratada analisará as áreas e proporá soluções técnicas adequadas. Flávia ressaltou que os bairros mencionados, embora em expansão, não estão no cronograma de saneamento, e sugeriu mobilizar o Ministério Público para garantir sua inclusão, além de criticar a má qualidade de algumas obras. Halphy concluiu dizendo que o diagnóstico da consultoria explicará a exclusão desses bairros e que o GTA, com representantes da Prefeitura de Maricá e da Sanemar, acompanhará o processo e garantirá os devidos encaminhamentos, com apoio da



plenária do Comitê da Baía de Guanabara. O Sr. Halphy propôs que a estrutura do novo Grupo de Trabalho de Acompanhamento (GTA) seguisse o modelo das resoluções anteriores, com adaptações conforme o tema. Sugeriu um grupo composto por 12 membros: seis representantes dos subcomitês, um da diretoria, um da Prefeitura de Maricá, um do INEA, um da Sanemar e dois representantes extras do subcomitê de Maricá, devido à especificidade local da resolução. Ele destacou a importância de garantir representatividade para Maricá e concluiu reforçando a intenção de finalizar e aprovar a resolução durante a reunião. O Sr. Halphy reafirmou a importância de garantir representatividade para Maricá no GTA, visando concluir e aprovar a última resolução da reunião. O Sr. José Paulo questionou se a concessionária já havia apresentado um plano para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e identificar falhas. Sr. Halphy esclareceu que a resolução surgiu devido à exclusão dos bairros Vale da Figueira, Silvado e Espreado do plano de saneamento, e propôs uma adaptação para incluir duas vagas destinadas ao subcomitê Maricá e Guarapina. A Sra. Rejany consultou os presentes sobre a proposta, e como não houve objeções, a resolução com a alteração foi aprovada. **Encaminhamento 03:** Destinar as duas vagas restantes no GTA SES Maricá a representantes do Subcomitê Maricá e Guarapina. Sra. Rejany seguiu com o item de pauta. **Encaminhamento 4:** Publicar a resolução a) Criação do GTA Plano de Gerenciamento de Risco da Região Hidrográfica V – Baía de Guanabara (PGR); **Encaminhamento 05:** Publicar a resolução b) Criação do GTA Enquadramento; **Encaminhamento 06:** Publicar a resolução c) Aprovação da resolução CBH-BG, hierarquização de microbacias da RH-V para execução de obras do Sanear BG; **Encaminhamento 07:** Publicar a resolução d) Criação da resolução CBH-BG, Grupo de Trabalho para produção do Termo de Referência para Elaboração do Plano de Drenagem Urbana Sustentável da Bacia Hidrográfica das Lagoas de Piratininga e Itaipu (PDUS-BHLPI); **Encaminhamento 08:** Publicar a resolução e) Criação do GTA Grupo de Trabalho para Acompanhamento do Sistemas de Esgotamento Sanitário em Maricá (SES Maricá); **2) Informes Gerais.** O Sr. Ricardo Lúcio Picanço Portugal (CLIN) informou que a visita ao aterro foi cancelada por motivos de segurança e logística, não pela chuva, e será remarcada para o final do mês. Ele sugeriu que a visita fosse feita de forma conjunta, otimizando a presença dos envolvidos. O Sr. Halphy concordou, reforçando a importância das visitas ao Aterro do CTR Morro do Céu e à Água de Niterói para o acompanhamento das atividades, e destacou que a equipe está à disposição para reagendar a visita com



segurança e eficácia. Por fim, a Sra. Rejany encerrou às 19:12 a Reunião Plenária Extraordinária do CBH-BG.

Encaminhamentos:

- 01)** Incluir como ponto de pauta do GTA Enquadramento a aprovação da proposta de convidar representantes das secretarias municipais de meio ambiente dos municípios envolvidos para participarem das reuniões do grupo;
- 02)** Incluindo a definição de três membros titulares e suplentes do Leste e Oeste, e um titular com suplentes em cada comitê, totalizando 10 vagas. Com as vagas do Inea e da diretoria, o total 12;
- 03)** Destinar as 2 vagas restantes no GTA SES Maricá aos representantes do Subcomitê Maricá e Guarapina.
- 04)** Publicar a resolução a) Criação do GTA Plano de Gerenciamento de Risco da Região Hidrográfica V – Baía de Guanabara (PGR);
- 05)** Publicar a resolução b) Criação do GTA Enquadramento;
- 06)** Publicar a resolução c) Aprovação da resolução CBH-BG, hierarquização de microbacias da RH-V para execução de obras do Sanear BG;
- 07)** Publicar a resolução d) Criação da resolução CBH-BG, Grupo de Trabalho para produção do Termo de Referência para Elaboração do Plano de Drenagem Urbana Sustentável da Bacia Hidrográfica das Lagoas de Piratininga e Itaipu (PDUS-BHLPI);
- 08)** Publicar a resolução e) Criação do GTA Grupo de Trabalho para Acompanhamento do Sistemas de Esgotamento Sanitário em Maricá (SES Maricá);

Representantes Presentes - Titulares do Poder Público: Prefeitura de Belford Roxo - Defesa Civil - Roberto Ricardo da Silva Moura; Prefeitura de São Gonçalo – SEMMA - Mariana Motta de Freitas; Prefeitura de Magé – SMMA - Maria Aparecida de Souza de Resende; Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA - Marcio Franco da Costa; Prefeitura Municipal Guapimirim – Wander de Souza Dias Guerra; Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª Região - Valéria Lima Marques de Sousa; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica - Aliciane Peixoto; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do Rio de Janeiro – SEIDECS - André Luiz Medeiros de Souza; Prefeitura de Tanguá - Elielson Teixeira da Silva; Prefeitura de Nova Iguaçu - Frederico Ayres Pinheiro; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade – SEAS Luiz Constantino da Silva Junior; Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói – CLIN - Ricardo Lúcio Picanço Portugal;

Titulares dos Usuários de Recursos Hídricos: Colônia de Pescadores Z11 - Alvaro



371 Coelho Revelo; União dos Pescadores e Maricultores de São Gonçalo -
372 UNIPESCA/SG - Aline da Silva Santos e Eliude Castro da Silva; late Clube do Rio de
373 Janeiro - Maria Carolina Leitão Marinho; Águas de Niterói S.A. -Halphy Cunha
374 Rodrigues; Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR -
375 Alexandre Anderson de Souza e Edilene Nascimento de Oliveira; Associação de
376 Pescadores Livres de Tubiacanga – APELT - Delcio de Almeida Fonseca; Associação
377 de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé – ACAMM - Rafael Santos
378 Pereira; **Titulares da Sociedade Civil:** Defensores do Planeta - Matheus Vinicius de
379 Arruda da França; Ecomarapendi - Vera Maria de Rossi Chevalier; Rede de
380 Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático
381 e Sustentável – REDECCAP - Rejany Ferreira dos Santos; Instituto Brasileiro de
382 Direito Ambiental – IBDA - Magno Neves Barbosa; Instituto Federal de Fluminense -
383 IFF - Campus Itaboraí - Luis Antonio Franca Silva; Federação das Associações de
384 Moradores do Município do Rio De Janeiro - FAM Rio - Licinio Machado Rogério e
385 João Ricardo de Mattos Serafim; Associação de Preservação Ambiental da Lagoa de
386 Maricá – APALMA - Flávia Lanari Coelho; Defensores do Planeta - Mauro André Dos
387 Santos Pereira; Associação dos Protetores do Mar - Andresse Maria Gnoatto;
388 Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói – CCRON - Alexandre Carlos
389 Braga; Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade - AMHC - Adriana de
390 Lima Bocaiuva; Rotary Club do Rio de Janeiro - Sandra Albuquerque **Representantes**
391 **ausentes:** Faculdades Católicas - Renato da Silva Carreira e Ana Cristina Malheiros
392 G. Carvalho; Movimento Democrático Afrodescendente pela Igualdade e Equidade
393 Racial - MOVIDADE – Jacineide Lemos Soares; Associação de Preservação
394 Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA – Mara Cristina Siqueira; Associação de
395 Windsurf de Niterói – AWN - Gustavo Mello de Souza Sardenberg e Carlos Eduardo
396 Goes Jamel; Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA – Fabio José Ribeiro
397 do Nascimento; Colônia de Pescadores Z13 - José Manoel Pereira Rebouças e Helio
398 Flamarion Saramago; Marina Barra Club - Liliane Iusten Prohmann e Silma Cardoso
399 de Santa Maria; Associação Livre dos Pescadores Artesanais de Guia de Pacobaíba
400 - ALPAGP – Michel Theophilo e Romildo Soares de oliveira; Associação de
401 Pescadores da Praia das Pedrinhas – APESCAPEDR - Carlos Luiz Espíndola da
402 Veiga; Águas do Rio 4 – Aline Félix Ferreira e Sinval de Andrade Filho; Águas do Rio
403 1 – Caroline Lopes Santos e Livia Garcia Silveira; Companhia Estadual de Águas e
404 Esgotos – CEDAE - Sheila Barbosa Martins; Companhia Municipal de Limpeza
405 Urbana de Niterói – CLIN – Vinicius Moço Lima; Secretaria de Estado de Ambiente e
406 Sustentabilidade – SEAS - Humberto Yoshiharu Saito; Prefeitura de Nova Iguaçu –
407 Edgar José Silva Martins; Colônia de Pescadores Z11 – Santelmo Rezende de
408 Carvalho; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica Conselho Regional de
409 Biologia – Priscilla Magalhães Rodrigues Lisboa; CRBio 2ª Região – Daniel de Berrêdo
410 Viana; Prefeitura de Magé – SMMA – Caíque Marchon; Prefeitura de São Gonçalo –



411 SEMMA – Isabela de Sales Moraes; Prefeitura de Belford Roxo - Defesa Civil -
412 Gustavo Silva Ferreira; Instituto e Ação Socioambiental - Dennis Rodrigues da Silva e
413 Lorena de Abreu Asevedo; Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias
414 Hidrográficas – FONASC - Uiara Martins; Sindicato dos Pescadores Profissionais,
415 Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro - SINDPESCA-RJ - Daize
416 Menezes de Souza e Paulo Raimundo Ferreira de Souza; **Convidados:** Cleide de
417 Oliveira Moreira; Paulo Barone; Gisele Pires; Claudio Brigido (Baía Viva);
418 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - José Paulo Azevedo; **Secretaria**
419 **Executiva (Agevap):** Brenno Gomes Oliveira, Carolina Martins, Jannyne Amorim,
420 Marcos Filgueiras Jorge, Elias Inacia Rangel, Henristoni de Souza Pinheiro, Christian
421 Daniel Kozuf;

422

423

424

Rejany Ferreira dos Santos
Diretora Presidente do CBH-BG

